

1) Qual o motivo por que não se distribui a cada Delegacia de Polícia (um fipe por exemplo) uma vez que, atualmente, estão adquiridos tantos autos pela verba do Plano de Ação?
2) Sabe o Poder competente que a Delegacia de Polícia de Santo Antônio está desfalcada de tudo que se refere a homens, viaturas, etc?
3) Até quando durará isto?
Sala das Sessões, 20 de novembro de 1961
(a) Pedro Paschoal

REQUERIMENTO N. 1.400, DE 1961
Requeiro seja oficiado ao Executivo, via Secretaria da Segurança Pública, informando o seguinte:
1) Qual o motivo de não existir viatura nem investigadores na Delegacia de Polícia de Mauá?
2) Sabe o Poder competente que há tempos a referida delegacia conta com um investigador, Jaime Salgueiro, que, por sinal reside nessa cidade, que, por determinações da 1.ª Delegacia Auxiliar esse policial foi removido, deixando-se hoje prestando serviços na DP de São Bernardo do Campo. O jornal paulistano "A Gazeta" de hoje é quem alega o que afirmamos.
3) Até quando durará esse estado de coisas?
Sala das Sessões, 20 de novembro de 1961
(a) Pedro Paschoal

REQUERIMENTO N. 1.401, DE 1961
Requeiro seja oficiado ao Executivo, via Secretaria da Segurança Pública, informando o seguinte:
1) — Por que motivo está sem delegado a Delegacia de Polícia de Itoé, o Dr. José Calderaro, titular da de Ribeirão Pires, responde pela cidade, uma vez que o seu colega se encontra em férias?
2) — Sabe o Poder competente que, não obstante o referido delegado o melhor do seu esforço não pode atender a contento os dois municípios?
3) — Sabe o Poder competente que o sr. em apreço faz também de tudo, pois o sr. Armando Lopes Orantes que trabalha nesse ramo, acha-se em
4) — Até quando perdurará esse estado de coisas?
Sala das Sessões, 20 de novembro de 1961.
(a) Pedro Paschoal

REQUERIMENTO N. 1.402, DE 1961
Requeiro, nos termos do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, através do Instituto Penal Agrícola de Itapetininga, se dignar: 1.º — E' certo que os P.O. do Instituto Penal agrícola de Itapetininga recebem, até a presente data, ordenados inferiores ao salário mínimo da região?
2.º — E' verdadeira a notícia segundo a qual é intenção dos responsáveis na direção desse Instituto promoverem a equiparação dos ordenados dos ao salário mínimo da região somente a partir de janeiro de 1961 e não de 1960?
3.º — Em caso afirmativo, a consoante orientação governamental no sentido de que os P.O. percebam ordenados não inferiores ao salário mínimo que perdura essa situação entre essa classe de trabalhadores do Estado?
Sala das Sessões, 17 de novembro de 1961
(a) Pinheiro Júnior

REQUERIMENTO N. 1.403, DE 1961
Nos termos regimentais Requeremos seja consignado na ata de trabalhos um voto de congratulações com essa notável organização que, através dos Diários Associados, pela brilhante cobertura que deu por ocasião da discussão da emenda constitucional 1-A, que alterou a discriminação de rendas, ajudando a melhorar a situação financeira dos municípios brasileiros, através dos Diários de São Paulo e da Noite e do Grande Jornal Falado e Matutino Tupi. Outrossim, requeremos seja oficiado ao ilustre brasileiro Dr. Assis Chateaubriand, dando ciência desta deliberação, fazendo-lhe sentir o agradecimento sincero do povo paulista pela inesquecível e eficiente ajuda que aos nossos municípios, em tão dramática batalha, prestaram os Diários de São Paulo e da Noite, de uma maneira tão particular, o Grande Jornal Falado e Matutino que tem à sua frente esse incansável radialista, que se chama Corifeu de Moraes Marques, municipalista 100%.
Sala das Sessões, aos 20 de novembro de 1961
(a) Pinheiro Júnior

REQUERIMENTO N. 1.404, DE 1961
Requeiro à douta Mesa, ouvido o plenário e ressalvadas as disposições regimentais, seja consignada, na Ata dos nossos trabalhos, a seguinte: 1.ª sessão da Assembleia pelo transcurso, no dia 23 de novembro, do "Dia Universal de Ação de Graças".
Sala das Sessões, 20 de novembro de 1961
(a) Costabile Romano

Justificativa
O "Dia Universal de Ação de Graças" é hoje uma data reverenciada por toda a humanidade.
Homens, mulheres e crianças, em todos os quadrantes do mundo, dão a fé ainda domine os corações de todos, um sentimento de profunda gratidão a Deus Criador, de quem nós dependemos, será manifestado numa sublime evolução.

Para o Brasil, a efeméride se reveste de significado mais elevado, profundamente cristão, cuja história tem suas raízes cravadas no cristianismo, bandeira espiritual sob a qual os nossos antepassados firmaram as bases da vida política, econômica e social, a reverência desta data será, sem dúvida, uma, geral e grandiosa, especialmente se considerarmos as dúvidas, os receios e as interrogações que nos propiciam as calamitosas condições materiais dos dias de hoje, maior será o recolhimento de todos pedindo a Deus que nos preserve dos rigores que rondam a nossa paz e rendendo-lhe graças por nos ter legado uma tria feliz e próspera.

A Assembleia Legislativa, órgão constituído da representação popular autêntica, não pode, portanto, ficar alheia ao acontecimento e deve associar-se totalmente a todas as manifestações desse dia.

O presente Requerimento tem esse objetivo, esperando a sua aprovação por unanimidade.

REQUERIMENTO N. 1.405, DE 1961
Requeiro, nos termos regimentais, ao Poder Executivo que se dignar, através dos órgãos competentes, a situação trabalhista dos P. O. do Instituto de Zootécnica, Indústrias Pecuárias Dr. Fernando Costa, da cidade de Açuanga. Desejamos saber se têm eles vencimentos fixos, contagem de tempo de serviço, direito a férias, licenças para tratamento de saúde, estabilidade familiar e as demais vantagens previstas nas leis trabalhistas, assim Risco de Vida e Saúde.

Justificativa
São inúmeras as reivindicações que nos chegam de trabalhadores do interior enquadrados na função de P. O. Desconhecemos inteiramente o que já feito nesse setor, daí a solicitação de que sejam informados para podermos dentro desta Casa de Leis ao estudo das questões relativas com esses casos. Desejamos citar que além do que já especificamos acima, fomos informados de que trabalhadores braçais das hortas do referido Instituto, lidam com produtos e desinfetantes químicos, altamente prejudiciais à saúde humana, sem o menor critério de orientação, resultando nestes trabalhadores, sérios riscos de vida com intoxicações violentas, não possuindo os meios para o tratamento necessário quando isto ocorre.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1961
(a) Alberto da Silva Azevedo

REQUERIMENTO N. 1.406, DE 1961
Requeremos nos termos regimentais ao Poder Executivo que se dignar informar, através dos órgãos competentes, o porque das arbitrariedades cometidas pelo Diretor do Instituto de Zootécnica e Indústrias Pecuárias de Piracicaba, em perseguir humildes servidores da categoria de pessoal para obras, transferindo grande número dos mesmos para pessoal rural, sonhando-lhes desta forma todas as vantagens, como as mínimas garantidas pelas leis trabalhistas em vigor no país, como sejam férias anuais, salário mínimo, horário de trabalho, etc.
Sala das Sessões, 17 de novembro de 1961
(a) Alberto da Silva Azevedo

REQUERIMENTO N. 1.407, DE 1961
Requeiro, nos termos regimentais, seja inserido na Ata dos nossos trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em Ribeirão Preto do estimado Sr. José Taschetti, que contava um vasto círculo de amizade naquela cidade.
Requeiro, outrossim, seja dada ciência à família enlutada, da decisão desta Casa.
Sala das Sessões, 20 de novembro de 1961
(a) Costabile Romano

Justificativa
A notícia do falecimento do Sr. José Taschetti, consternou profundamente todos os que com ele privavam.
O extinto, que contava 89 anos de idade, era casado com a Sra. Cirinda Fabri, de cujo consórcio deixou os seguintes filhos: Giacomo, casado com a Sra. Querina Perleira Taschetti; Luiz, casado com a Sra. Ana Costa Taschetti; Antônio, casado com a Sra. Maria Júlia Taschetti; Miguelina, casada com o Sr. João Parelo; Serafim, casado com a Sra. Nidia Rigobello; Sétimo, casado com a Sra. Luiza Gonçalves Taschetti e Tereza, casada com o Sr. Waldomiro Ferreira. Deixou, ainda, vários netos.

REQUERIMENTO N. 1.408, DE 1961
Requeiro, nos termos de Regimento Interno, a inserção na Ata de nossos trabalhos de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Adolfo Ferrero, ocorrido aos 16 do corrente.
Requeiro, outrossim, que se dê ciência da deliberação da Casa à Exma. Família enlutada.
Sala das Sessões, 20 de novembro de 1961
(a) José Costa

Justificativa
Vítima de trágico acidente automobilístico faleceu, aos 16 do corrente, o Sr. Adolfo Ferrero, ex-Prefeito, vereador e Presidente da Câmara Municipal de São Joaquim da Barra.
Homem público que norteou sempre sua carreira na defesa intransigente dos interesses de sua comuna, deixou sua atuação profícua assinalada na história de São Joaquim da Barra.
Jamais esmoreceu um instante sequer na sua luta em favor dos humildes, aos quais devotava invulgar carinho.
A sociedade de São Joaquim da Barra perde, assim, um de seus mais ativos elementos, deixando profunda lacuna entre os que consigo privaram duramente.
Desempenhou os mandatos eletivos com rara altanería, sendo-lhe reconhecidas qualidades que são exemplo para os posteriores.
Face ao muito que realizou em prol de seu Município e de nossa gente, consideramos de justiça a manifestação da Casa, rendendo-lhe um tributo de eterna gratidão.

REQUERIMENTO N. 1.409, DE 1961
Homem do interior, um dos pioneiros de Araçatuba, alma forjada na luta, desaparece o sr. João Dip, presidente da S.A. Indústria e Comércio de Madeiras, deixando herdeiros que, certamente, conduzirão seu nome honrado com o mesmo carinho e decisão.
Tratando-se de homem da indústria e figura altamente considerada pela sua atuação nos meios de negócios do interior e da Capital, achamos justo consignar na Ata dos trabalhos desta Casa, de hoje, um voto de pesar pelo seu desaparecimento.
Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1961.
(a) Avalone Júnior

REQUERIMENTO N. 1.410, DE 1961
A digna classe dos motoristas de Bauru foi surpreendida com a perda de Anísimo Ramos, encontrado sem vida em seu volante, vítima de entarde.
A morte foi encontrá-lo onde sempre viveu, anos de honradez e de trabalho, a esse baruenense batalhador que merece a expressão de pesar de sua gente, através de seu representante nesta Assembleia, daí solicitarmos a inclusão nos trabalhos de hoje, desta Casa, um voto de pesar pelo seu falecimento.
Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1961.
(a) Avalone Júnior

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 20, DE 1961
A Mesa da Assembleia Legislativa para os fins do disposto no artigo 262 do Regimento Interno, consubstancia, no projeto de resolução seguinte, a Mensagem do Poder Executivo submetendo à apreciação da Assembleia a nomeação do Dr. José Avila Diniz Junqueira, para exercer, em comissão, o cargo de Membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, de conformidade com o disposto no artigo 4.º da Lei n. 1.165, de 7 de agosto, de 1951.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo resolve:
Artigo único — É aprovada a nomeação do Doutor José Avila Diniz Junqueira para exercer o cargo de Membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Estado de São Paulo.
Assim, a Assembleia Legislativa, 20 de novembro de 1961.
(a) Roberto Costa de Abreu Sodré — Presidente
(a) Aluisio Nunes Ferreira — 1.º Secretário
(a) Jacob Salvador Zveibil — 2.º Secretário
Mensagem n. 2.355 do Sr. Governador
São Paulo, 17 de novembro de 1961.
Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 21, alínea "m", da Constituição Estadual tenho a honra de submeter à aprovação dessa Egrégia Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência o nome do Dr. José Avila Diniz Junqueira, que nomeei para exercer, em comissão, o cargo de Membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, de conformidade com o disposto no artigo 4.º da Lei n. 1.164, de 7 de agosto de 1951.

Transmito, outrossim, a Vossa Excelência o "currículum vitae" do interessado.

Sirvo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e apreço.

(a) Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto
Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor Deputado Roberto Costa de Abreu Sodré
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo — Capital

CURRICULUM VITAE DO DR. JOSÉ AVILA DINIZ JUNQUEIRA
Nascido em Jaborandi, Comarca de Barretos, aos 16 de maio de 1906, fez seus estudos primários em São Paulo e o secundário nos Colégios São José de Balatais e São Luiz de Jaboticabal, onde obteve o prêmio modelo. Diplomou-se em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1929, tendo feito o curso de doutoramento em 1932/33.

Foi advogado adjunto da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo, em 1934, ingressado, por concurso, na carreira de Procurador, sendo promovido, por merecimento, em 1935 e 1938, respectivamente, a Sub-Procurador-Chefe de Procuradoria. Em 1946, exerceu o cargo, em substituição, de Diretor do Departamento Jurídico.

Exerceu, ainda, na Prefeitura, diversas comissões, especialmente, a da Presidente da Comissão Municipal do Serviço Civil e de membro da Comissão de Reorganização e Planejamento. Em 1953/54, foi chefe da Assessoria-Técnico-Legislativa, tendo também chefiado a sua congênera estadual no período de 1955 a 1959.

Foi conselheiro da Ordem dos Advogados, Seção de São Paulo, e é membro do Instituto dos Advogados, a cujo conselho também pertenceu.

Publicou várias obras jurídicas, podendo-se destacar entre elas: A "Divisão do Sítio Ibirapuera", arrazoado, publicado em 1937; "Teses de Doutrina", publicadas em 1938; "Desapropriação Indireta e Prescrição", tese apresentada e aprovada no Congresso Jurídico Nacional, em 1946; e "Fator Jurídico do Imposto", conferência publicada em 1947.

É comendador da Ordem de São Francisco do Centro XI de Agostinho e da Ordem "Al Mérito", do Equador.

Com o advento do Governador Carvalho Pinto, exerceu o cargo, em 1959 e 1960, do Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

Atualmente, está aposentado no cargo de Procurador-Chefe da Prefeitura Municipal de São Paulo.

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 1.204, DE 1961
Retifica item de Lei de Auxílios
A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, decreta:
Artigo 1.º — Fica retificada para Caixa Escolar do 2.º Grupo Escolar, de Ribeirão Preto, a denominação da entidade beneficiada com o auxílio constante do n.º 19, item XVII, Relação 33, do artigo 1.º, da lei n.º 6.027, de 31 de dezembro de 1960.
Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, 17-11-1961.
(a) José Costa

Justificativa
Visa o presente projeto de lei, apenas, retificar denominação de entidade beneficiada através da lei n.º 6.027, de 31-12-60.

Legislação Citada
Lei n.º 6.027, de 31-12-60
Relação n.º 33

Item XVII — de Ribeirão Preto, n.º 19 Caixa Escolar do Grupo Escolar do "2.º Grupo Escolar" 5.000,00